

UNIRB
FACULDADE REGIONAL DA BAHIA

ZULMA MARIA FIRMES PEIXOTO

Mulheres, quais são os nossos direitos?

Salvador – BA

2007.2

Mulheres: quais são os nossos direitos?

Por que somos marcadas por clivagens das classes sociais, de gêneros, por clivagens etárias, de geração, de etnia, de crenças, de formação profissional, entre outras?

Zulma Maria Firmes Peixoto¹

Resumo:

Depois de muitas lutas contra a discriminação, que sempre existiu nas áreas que até bem pouco tempo eram consideradas como privilégios apenas dos homens, entre 1919 e os anos de 1990, sob a liderança de Bertha Lutz, conseguiu assegurar às mulheres o reconhecimento de muitas de suas reivindicações. Nesse sentido, pretendemos trazer à tona a atuação dessas mulheres que, em meio a preconceitos nos mais diversos âmbitos transgredindo inúmeras regras, mas também conservando, encaminham a sua luta a fim de obter o acesso à cidadania, permitindo-lhes alcançar sua plena condição humana através da ação política, da qual eram violentamente excluídas. Definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reprociação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, contra o seu próprio dominador. Promover a autonomia das mulheres é vital para o desenvolvimento econômico efetivo.

Palavras-chaves: Igualdade; Gêneros, Mulheres, Feministas, Classes sociais.

Abstract:

After much fights against discrimination, that always it existed in the areas that until good little time were considered as privileges only of the men, between 1919 and the years of 1990, under the leadership of Bertha Lutz, it obtained to assure to the women the recognition of many of its claims. In this direction, we intend to bring it up the performance of these women who, in way the preconceptions in the most diverse scopes transgressing innumerable rules, but also conserving, had directed its fight in order to get the access citizenship, allowing them to reach its full condition human being through the action politics, of which violently they were excluded. To define to be able them feminine allowed for an inferiority and subjection situation means to understand them as a reprociação and a shunting line of the symbolic instruments that institute the masculine domination, against its proper dominador. To promote the autonomy of the women is vital for the effective economic development.

Key words: Iquality, Gender, Women, Feminist, Social Classes.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade Regional da Bahia - UNIRB e Membro Atuante do CEPPEV-NIAC da Faculdade Visconde de Cairu. Orientadora: Dra. Maribel Barreto.

1. INTRODUÇÃO

A conquista de direitos pelas mulheres constituiu-se num longo processo de marchas e contramarchas, do qual inúmeras foram aquelas que participaram, na maioria, anônimas. Depois de muitas lutas contra a discriminação que sempre existiu nas áreas que até bem pouco tempo eram consideradas como privilégios apenas dos homens, um dos movimentos, porém, desenvolvido numa conjuntura favorável, entre 1919 e os anos 1930, sob a liderança de Bertha Lutz, conseguiu assegurar às mulheres o reconhecimento de muitas das suas reivindicações. Nesse sentido, pretendo trazer à tona a atuação dessas mulheres que, em meio a preconceitos nos mais diversos âmbitos, transgredindo inúmeras regras, mas também persistindo, encaminharam a sua luta a fim de obter o acesso à cidadania, permitindo-lhes alcançar sua plena condição humana por meio da ação política, da qual eram violentamente excluídas. “Da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação”. Seguimos caminhando na nossa luta mesmo com os entraves do dia-a-dia e hoje somos 33 milhões de mulheres participando do mercado de trabalho (entre 1990 e 2004).

Um recente estudo da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre os progressos da participação das mulheres na força do trabalho mostram resultados ambíguos em termos de acesso a empregos de qualidade, remuneração e proteção social. Mas o estudo também destaca algumas tendências positivas no mercado de trabalho latino-americano. As mulheres agora representam cerca de 40% da população economicamente ativa nas áreas urbanas da América Latina. A taxa de participação feminina cresceu 39% em 1990 para 44,7% em 2002, enquanto a taxa masculina se manteve mais ou menos estável, em cerca de 74%. Por outro lado, as taxas de participação feminina na América Latina continuam muito baixas em comparação aos países da Comunidade Européia onde, em 2001, variavam entre 62,1% na França e, 72,5% nos Estados Unidos. Essas taxas variam enormemente de um país para outro na América Latina; entre 42% no Chile e 58% na Guatemala. O estudo atribuiu a boa participação feminina no mercado de trabalho à melhor escolaridade, ao crescimento urbano, ao declínio nas taxas de fertilidade e aos novos padrões culturais que favorecem a autonomia das mulheres. Um

aumento substancial no número de mulheres chefe de família, que varia de 19 a 31%, dependendo do país, também influíram.

A privatização de serviços públicos e os novos padrões de consumo criaram uma necessidade de maior renda e um aumento no número de contribuídores, para cada domicílio. As repetidas crises econômicas têm acentuado a tendência para balancear o crescimento do desemprego masculino e a queda no rendimento real (Ginzburg, Carlo. 1994). Porém, como bem acrescenta Michel de Certeau, há que se considerar a flexibilidade da “jaula”, representada pela cultura, possibilitando aos agentes sociais o exercício de uma relativa liberdade, conforme a articulação que estabeleçam dos elementos historicamente à sua disposição. Nessa perspectiva, vislumbra-se uma margem de autonomia para que os sujeitos busquem modificar a história segundo seus desejos, para analisar o movimento liderado por Bertha Lutz entre 1919 e 1937, que assegurou às mulheres o reconhecimento de inúmeros direitos.

Apesar das novas oportunidades de trabalho em zonas de exportação e na economia informal, a maior parte de crescimento feminino deriva do rápido aumento nos empregos em áreas onde a maioria delas já trabalha especialmente no setor de serviços. Por outro lado, as mulheres de menor renda familiar ainda têm um longo caminho a seguir, antes que possam ser consideradas completamente integradas ao mercado de trabalho. Uma das razões por que tantas mulheres estão empregadas no serviço doméstico é precisamente pelo fato de que as mulheres de classe média e de alta renda familiar terem entrado no mercado de trabalho. Em outras palavras, muitas mulheres pobres só encontram trabalho remunerado trabalhando para as que ganham mais, conclui o estudo da OIT.

Cerca de metade das mulheres empregadas na América Latina em 2003 estavam no setor informal. A desigualdade de gênero, juntamente com a discriminação étnica, é comum: grande número de mulheres de origem negra enfrenta ainda até hoje, desvantagens e várias formas de exclusão no mercado de trabalho. Na verdade, Bertha e suas companheiras deram prosseguimento a reivindicações que vinham se manifestando com mais força, desde 1930, a partir do protesto de Nísia Floresta, da qual inúmeras foram aquelas que participaram na maioria anônimas clamavam muitas mulheres por uma educação equilibrada, comum aos dois sexos, permitindo o amplo acesso às

atividades profissionais; direito de voto e de elegibilidade e igualdade civil. Não faltaram aquelas que, corajosamente, questionaram a questão da desigualdade que enfrentavam no mercado de trabalho. As diferenças de rendimento entre homens e mulheres são particularmente evidentes no setor informal, onde as mulheres recebem pouca coisa mais do que a metade da renda dos homens. O estudo afirma que, mesmo o setor formal da economia, a renda mensal de mulheres chega a somente a 75% da masculina. As diferenças de renda entre os sexos na América Latina são maiores do que em outras regiões do mundo, isso sem contar o preconceito masculino em relação às profissões em que os mesmos acreditam ser um espaço somente deles, como destaca FERRERO (1896).

As lutas foram muitas, afinal, os médicos com seu domínio do conhecimento científico afirmavam que a mulher foi formada para sentir como o homem foi criado para pensar e “aquelas que têm apresentado uma inteligência superior, tem sido à custa de suas qualidades femininas”. Doenças, comportamento inadequado, esterilidade, degeneração racial eram alguns dos perigos decorrentes da inversão deste princípio, inclusive porque do desenvolvimento do cérebro feminino resultava a atrofia do útero.

Autoridades, políticos em geral, juristas, negam-se a considerar positivamente as pretensões da autonomia feminina. Respaldam-se na ciência da época, sinônimo, naquele momento, de verdade absoluta. Apelando para tais convicções e para os prejuízos acarretados à família, já que esta era vista como o seu espaço prioritário, buscando delimitar as ações das mulheres, naturalizando determinações históricas e socialmente estabelecidas. Também, através de peças teatrais, de crônicas, caricaturas, e por diversas matérias na imprensa, observam-se a oposição ao seu atendimento, inclusive, por meio da ridicularização das militantes.

A igualdade entre as mulheres e os homens corresponde à ausência de assimetrias entre umas e outros e em todos os indicadores relativos à organização social, ao exercício de direitos e de responsabilidades, à autonomia individual e ao bem-estar. É inerente ao gênero humano o fato de homens e mulheres constituírem as duas metades da humanidade. Pressupõe

o reconhecimento do igual valor social das mulheres e dos homens e do respectivo estatuto na sociedade. Implicando na participação equilibrada de homens e mulheres em todas as esferas da vida, incluindo a participação econômica, política, social e na vida familiar, sem interditos nem barreiras em razão do sexo.

Este conceito sublinha a liberdade que todos os seres humanos têm de desenvolver as suas capacidades e de fazer as suas escolhas sem as limitações impostas pelos papéis sociais de gênero e considera, valoriza e trata os comportamentos, aspirações e necessidades das mulheres e dos homens de igual forma. Direitos, estatutos e dignidade hierarquizados entre homens e mulheres, seja no nível das leis, seja no nível dos fatos, resulta em assimetria nos indicadores sociais entre a situação das mulheres e dos homens, tanto na esfera pública como na esfera privada.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver competências pessoais inter-relacionais, pedagógicas, em matéria da igualdade de gênero. Entender os perfis das competências dos agentes e formadores, conceberem referenciais de formação e promover a criação de redes de comunicação.

2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

Por intermédio de normas e compromissos no domínio da igualdade entre mulheres e homens, no quadro fundamental da democracia, promover a desagregação profissional nas áreas mais marcadas pela discriminação em função do sexo. Queremos entender os papéis em que podemos nos destacar: Qual o verdadeiro papel da mulher diante das leis que pouco a protegem? Porque quase todas as políticas sociais são baseadas no fato de que apenas os homens podem ocupar certos cargos?

3. METODOLOGIA

Diante de tais inquietações procuraremos identificar quais as principais causas dessas dificuldades que as mulheres encontram no seu dia-a-dia para serem inseridas no mercado de trabalho, e quais as barreiras que precisam vencer para alcançar o mesmo sucesso dos homens. Somos conhecedoras de que essas teorias existem desde os séculos passados, onde a mulher era educada para casar, cuidar do marido e dos filhos nascidos durante o casamento. À primeira vista, nos dias de hoje, consideramos conservadorismo o receio da perda do predomínio masculino nas relações de poder entre os gêneros, contrastando com a atitude supostamente progressista desses grupos em outras dimensões.

A Revista Ilustrada, dirigida por Angelo Agostini, na qual foi publicada esta crônica, constituía-se num importante periódico que utilizava o humor e a irreverência na abordagem de temas candentes da política e sociedade brasileira - dentre tais temas, destacam-se as questões da escravidão e do governo imperial que, em suas páginas, mereceram críticas consideráveis, em que o deboche era uma arma significativa. Verifica-se aqui, porém, que a pretensão manifestada por algumas mulheres de terem seus direitos reconhecidos, em termos de participação na esfera pública, mereceu o mesmo tratamento, num jornal que se caracterizava por ter posições políticas da época. Fatos que revelam as contradições de gêneros, sempre atravessaram as mais diversas colorações políticas e de classe.

Não será da nossa parte que as legítimas aspirações do sexo gentil, da mais simpática e apreciável metade do gênero, encontrarão qualquer embaraço, por mais insignificante que seja a sua justa expansão. Confiamos muito no bom senso e na inteligência servida pela educação para rezear que as mães, as irmãs e as esposas, abandonando a serenidade dos lares, se atirem à política, aos meetings, obrigando-nos a velar pela cozinha e pelos recém-nascidos. (Zulma)

Não! A mulher manter-se-á na órbita que lhe convém e se alguma exceção houver, estamos certos que esse papel ficará reservado às sogras e às avós. Assim, o comportamento feminino reivindicador de uma participação

mais plena na sociedade é visto como uma ameaça à ordem estabelecida sob o signo dos interesses masculinos, quando se teme a perda de seu predomínio nas relações de poder entre os gêneros. Inclusive, tais pressupostos adquiriam naquele momento legitimidade nos saberes hegemônicos da época.

A filosofia afirmava nas mulheres a inferioridade da razão como um fato incontestável, cabendo-lhes apenas, cultivá-la na medida necessária ao cumprimento de seus deveres naturais: obedecer ao marido, ser-lhe fiel, cuidar dos filhos. Inclusive os estudos confirmam que as mulheres ainda têm uma desvantagem em termo de proteção social. A maioria das mulheres com mais de 65 anos na região não tem aposentadoria ou outra forma de pensão por que elas passaram toda a vida adulta em serviços domésticos não remunerados e cuidando da casa.

Dialogando com o autor dizemos que, segundo Madre Tereza de Calcutá (1955), “o caos mundial inicia-se nas relações familiares, onde as pessoas não se olham, falam e amam”. O processo tecnológico também tem contribuído de forma negativa para os vínculos pessoais, sendo um paradoxo, pois na medida em que milhões de pessoas se comunicam pela internet, conseguem transformar as formas de relacionamentos, tornando-os inexpressíveis. O individualismo prevalece em todos os contatos cotidianos: familiares, profissionais, sociais e pessoais. Cada um pensando em si e construindo inconscientemente um muro cada vez mais alto ao seu redor. O que queremos dizer com tudo isso?:

As relações mudaram, os conceitos mudaram. Todo ser humano tem o direito de perseguir os seus ideais. Antigamente, era suficiente para a mulher casar, ser dona de casa, cuidar do marido e dos filhos. E elas eram educadas para esse papel. Mas, diante de tantas mudanças e evoluções, esse estado de coisas mudou. O espaço de uma casa se tornou pequeno demais para a cabeça da mulher (Zulma).

Hoje as mulheres querem estudar cada vez mais, crescer profissionalmente e acompanhar o progresso que está acontecendo diante de nossos olhos. Antes nosso sonho era casar, ter uma casa, marido e filhos. Hoje queremos mais porque sabemos que somos capazes de obter mais, nem a jornada dupla de trabalho que às vezes somos obrigadas a cumprir não nos assusta. Estamos conseguindo provar que somos capazes.

Para chegar a essa conclusão, começamos por uma pesquisa de campo, com caráter qualitativo, onde nosso foco de interesse era o papel da mulher no mundo atual. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados a observação constante, entrevistas com mulheres, que insistem em permanecer conforme as velhas tradições e as que resolveram sair em busca dos seus ideais. Temos consciência da dupla jornada de trabalho que somos obrigadas a cumprir, só que somos mais felizes. Corremos atrás de nossos ideais, e estamos chegando cada vez mais alto, e isso traz incômodo ao sexo oposto que fica incomodado com o nosso crescimento, com a nossa evolução. Alguns tentam manifestar sua oposição às mudanças pretendidas pelas feministas, apelando para um tom cavalheiresco, próximo ao pieguismo.

Aqui, o articulista não deixa de ressaltar a dimensão sacralizada da mulher – a maternidade - através da qual inicia o homem na sua caminhada pela vida, e este a obedece, e sem nunca mais poder esquecê-la... Seu “poder mágico” exerce-se não pela arrogância, não pela imposição máscula e viril que são os predicados do homem, mas pelo tom sentimental com que move todas as suas ações, mesmo matando quando ri, mesmo traindo quando beija.

E são coisas que estão bastante claras: você normalmente não recebe do seu companheiro, o mesmo incentivo que nós mulheres damos a eles. Mas, na minha opinião os mesmos não são tão culpados por agir assim. Vivemos num país machista. E nós mesmas somos responsáveis por esse tipo de comportamento. Não precisamos de muitos teóricos para refletir e entender porque as coisas se procedem dessa maneira, é só olhar para dentro de nós mesmas. (Zulma)

Para as mães os filhos podem tudo, mas para as filhas mulheres as restrições são tantas que nem elas mesmas conseguem dar conta. Devemos viver de acordo com a realidade de nosso país, lutar por nossos direitos, pois afinal de contas é para isso que a democracia existe. Direito iguais para todos.

Não precisamos ir muito longe para percebermos as diferenças, basta acompanharmos os debates no Congresso, acerca do voto feminino, desde a Assembléia Constituinte de 1891 até os anos trinta, acentua a recorrência ao argumento da significação do papel das mulheres na família quer pelos

opositores, quer pelos defensores da participação feminina. Fato que demonstra o peso desta questão, sendo algo suicida uma atitude de confronto direto com grupos, dos quais dependiam para a aprovação das medidas aspiradas e que expressavam o pensamento dominante naquela sociedade. Lembramos mais uma vez, THOMPSON (1987, p.58) com uma citação exemplar:

A história é a disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-no-contexto. Portanto, se assumirmos esta premissa como fase do fazer histórico, consideramos que aquelas mulheres conscientes do tempo e do espaço em que estavam inseridas, seguiram a trilha mais adequada ao atendimento de seus alvos.

O discurso de Bertha Lutz ao entrar para a Câmara de Deputados é exemplar: o lar é a base da sociedade e a mulher estará sempre integrada ao lar, mas o lar não se limita ao espaço de quatro paredes. O lar é também a escola, a fábrica, o escritório. O lar é principalmente o parlamento, onde as leis que regulam a família e a sociedade humana são elaboradas. Nem sempre o lar conforme é citado como base servia para satisfazer ou deixar felizes as mulheres que optavam por esse caminho. Algumas não tinham qualquer tipo de opção além do lar mesmo, como BESSE (1996 p.17) reafirma.

Tais declarações implicitamente rejeitavam os papéis de esposa e mãe como uma fonte adequada de auto-realização, status social e segurança econômica, sem diretamente atacar a família ou as mulheres que estavam felizes com sua identidade doméstica.

4. RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO

Baseados na pesquisa, concluímos que mulheres que correm atrás dos seus ideais são muito mais felizes. A partir do momento em que as mulheres definiram suas vidas, mesmo tendo de enfrentar problemas e preconceitos, criaram personalidade própria, e passaram a defender também seus direitos constitucionais, que criaram também grandes reformas no Estado brasileiro.

Perpassaram os espaços acadêmicos, políticos, institucional e popular, ganhando apoio suficiente para quebrar resistências e carimbar expressões como universalidade, equidade e integralidade no então fragmentado sistema brasileiro. Embora não tenha resolvido graves problemas enfrentados cotidianamente pelos cidadãos, foi forte o bastante para suscitar mudanças na realidade epidemiológica brasileira e quebrar paradigmas: deram respostas a graves questões políticas, inclusive na luta pelo direito de votar e ser votada, na conquista da licença maternidade, da instituição do conceito da criação de políticas claras na área dos direitos das mulheres, sexuais e reprodutivos e no atendimento integral à saúde.

O Ministério da Saúde lançou o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal em 2001. O programa de Planejamento Familiar do Ministério da Saúde fez com que se reduzissem os preços de pílulas anticoncepcionais, obrigando o (SUS) a distribuir medicações de graça para os menos favorecidos, e incentivando inclusive aos homens a participarem do processo a favor do planejamento familiar, estimulando-os a fazer vasectomia. Obrigação que antes era apenas da mulher - com a evolução das mulheres foram implantadas importantes movimentações na sociedade brasileira. Mas para que isso se tornasse real, o movimento de mulheres precisou pressionar a defesa do SUS de forma prioritária e a lutar para que suas políticas sejam assumidas pelos governos estaduais e municipais, porque de nada adiantam competentes programas se eles não atingirem seu público alvo. É necessário que eles sejam implantados de maneira conseqüente pela gestão municipal, que é a responsável pela atenção básica – postos de saúde, programas de saúde da família e maternidades.

A defesa do Sistema Único de Saúde não pode ser uma luta apenas dos profissionais de saúde ou dos conselhos de saúde. E também não basta às mulheres levantarem as suas bandeiras. É necessário integrar forças, fazer

parcerias e alianças. Ou seja, torna-se necessário que o movimento feminista assuma que o SUS, seu financiamento e sua gestão ética e comprometida são problemas essenciais para as mulheres.

Só assim vamos garantir um planejamento familiar democrático, no qual as mulheres e homens possam definir de maneira soberana o tamanho de suas famílias, sem que as mulheres arrisquem suas vidas. Esta é uma questão decisiva para a Conferência Nacional de Mulheres: assumir o SUS, de fato, como uma bandeira feminista.

5. CONCLUSÃO

Com o avanço desse trabalho, verificamos que essas desigualdades estão sendo vencidas, mesmo que a passos lentos. Segundo pesquisa realizada por FLACSO (1993, p. 91), o crescimento da força de trabalho feminino no Brasil é um dos mais altos da América Latina.

A presença feminina no trabalho assalariado quase dobrou entre 1970 e 1990, alcançando o número de quase 33 milhões de trabalhadoras em 1999, o que corresponde a um pouco mais de 41% da População Economicamente Ativa – PEA – IBGE/PNAD- 1999. Em termos absolutos, este aumento significou o afluxo ao mercado de trabalho de 12 milhões de novas mulheres em uma década.

Um crescimento dessa marca dificilmente aconteceria sem que dele resultasse uma mudança de perfil daquela que participa hoje do mercado de trabalho. Com todas essas mudanças, ainda temos que lutar contra o preconceito racial, o assédio sexual, a dupla jornada, a violência doméstica vividas por algumas mulheres e que só quando fica insuportável é que a mesma toma a coragem de quebrar a barreira do silêncio.

Com nossas reflexões chegamos à conclusão que vivemos num país onde a grande maioria do sexo masculino ainda domina, ou acha que domina. Pois para alguns homens, a prática

dos atos cruéis é a única forma de se impor como homem. (Zulma)

Quanto aos trabalhos dos homens envolvendo educação, muito se tem visto, revisto e questionado. Os sistemas de avaliação, os métodos e filosofias adotadas nas instituições, o olhar para o educando, as funções e as posturas dos professores e coordenadores, o currículo, o espaço pedagógico, tudo isso tem sido observado e redimensionado. E é importante que seja assim, se levamos em conta justamente a nossa luta em defesa da igualdade entre homens e mulheres, ou seja direitos e deveres iguais.

Mas há questões mais subjetivas, e nem por isso menos abrangentes, que têm sido negligenciadas sistematicamente. Nesse trabalho queremos chamar a atenção para uma delas que nos parece de extrema importância e por alguma razão que desconhecamos nunca ouvimos dizer que estivesse sendo debatido ou abordado como problema. Trata-se da desproporção visível entre a atuação de mulheres e homens nos ciclos iniciais (educação infantil e ensino fundamental). Esta desproporção não é fruto do acaso. Pensamos que é conseqüência de algo maior envolvendo padrões sociais e culturais enrijecidos e estabelecidos, que necessitam ser revistos.

Acreditamos que este desequilíbrio prejudica, mesmo que de maneira sutil para a maioria das pessoas, o desenvolvimento sadio e pleno das crianças, e achamos que a academia é preconceituosa com relação à história das mulheres e os estudos dos gêneros. Pois, naquela época era evidenciado claramente o casamento como a mais importante aspiração da família para as mulheres, aspiração esta compartilhada pelas próprias mulheres, de forma consciente ou não, o que nos conduz a uma tomada de reflexões, incluindo novos interesses com a carreira sem, contudo, nos afastarmos da esfera doméstica. Retomando a relação da academia como preconceituosa, nos referimos que os cursos mais rentáveis eram escolhidos pelos homens, em detrimento do curso de pedagogia - a opção da mulher, como acontece às vezes até hoje, quando acostumamos a nos referir ao profissional egresso do curso de pedagogia como sendo o pedagogo, entretanto a experiência e a literatura nos mostram que este é um curso majoritariamente feminino, desde a sua criação, o que justificaria o uso contínuo da expressão pedagoga.

A profissional, porque tal destinação era dada, como analisado na época decorre entre outros motivos, de uma concepção essencialista, que diz ser a mulher de natureza dócil, paciente, humana, hábil no trato com as pessoas e com tendência para gostar e saber cuidar de crianças e adolescentes; enfim, uma identificação com o papel desempenhado pela mãe ou outra pessoa marcante de seu universo familiar-social, como a professora. Entretanto, a educação superior da mulher, no Brasil, como se registrou anteriormente serviu como elemento fundamental no processo ideológico de lutas pela sua inserção no mercado de trabalho.

No século XIX, o acesso da mulher foi prerrogativa nas classes sociais mais abastadas. Portanto nada mais óbvio do que a sociedade procurar imprimir no imaginário feminino uma tendência que se diria inerente à sua condição de gênero: o desempenho de tarefas que estejam estreitamente ligadas à função de mãe, tradicionalmente inculcadas nas mulheres e por elas assumidas, como cuidar de crianças e adolescentes e o ser como uma mãe para seus alunos. Incluindo novos interesses com a carreira sem, contudo, afastá-la da esfera doméstica. Os depoimentos acima, de ingressas no curso de Pedagogia nos anos 70, ainda não refletem as repercussões do movimento feminista que começavam a se espalhar pelo mundo, no sentido de despertar as consciências para a necessidade de transformar as condições de vida da mulher – como ressalta Beauvoir (1980, p.451) “Pode-se também perceber a alusão indireta à questão do salário da mulher, de menor valia do que o do homem, referenciada por muitos autores”.

Por exemplo, afirma-se que o empregador concede à mulher um salário de fome. Em muitos casos, essa ajuda lhe permitirá melhorar sua situação e conquistar uma independência verdadeira; por vezes, ao contrário, ela abandonará seu ofício para ser sustentada, pois para a mulher casada, o salário geralmente representa apenas um complemento.

A igualdade entre as mulheres e os homens corresponde à ausência de assimetrias entre umas e outras em todos os indicadores relativos à organização social, ao exercício de direitos e de responsabilidades, à autonomia individual e ao bem estar. Pressupondo o reconhecimento de igual valor social das mulheres e dos homens e do respectivo estatuto na sociedade.

Implica a participação equilibrada social e na vida familiar, sem interditos nem barreiras em razão do sexo.

Este conceito sublinha a liberdade que todos os seres humanos têm de desenvolver as suas capacidades e de fazer as suas escolhas sem as limitações impostas pelos papéis sociais de gênero que considera, valoriza e trata os comportamentos, aspirações e necessidades das mulheres e dos homens de forma igual. O que significa que a aceitação pelas mulheres de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permita deslocar ou subverter a relação de dominação. As fissuras à dominação masculina não assumem, vias de regras a forma de rupturas espetaculares, nem se expressam sempre num discurso de recusa ou rejeição. Definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, contra o seu próprio dominador.

A noção de resistência torna-se dessa forma, fundamental nas abordagens sobre as mulheres, revelando sua presença e atuação no seio de uma história construída pelos homens, com vistas a reagir à opressão que sobre elas índice. Historiadoras, como aquelas mais uma vez citadas, M.Perrot, Natalie Davis, A. Farge, Silva Dias, eu própria, têm se baseado nesse referencial na obtenção de pistas que possibilitem a reconstrução da experiência concreta das mulheres na sociedade, que no processo relacional complexo e contraditório com os homens têm desempenhado um papel ativo na criação de nossas próprias histórias.

Importa esclarecer que tais observações não visam excluir a abordagem das mulheres do terreno da política formal, sem dúvida da maior importância no estudo da movimentação feminina, na luta por direitos e de participação como sujeitos na sociedade. Afinal, penetrar na esfera pública foi um velho anseio por longo tempo vedado às mulheres. Passavam as mulheres, segundo Hannah Arendt, a garantir sua transcendência, pois o espaço público, afirma aquela filósofa, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida dos homens mortais, aos quais acrescentamos, também, a das mulheres mortais.

Prejuízo de qualquer natureza decorrente de normas jurídicas, práticas sociais ou comportamentos individuais que é sofrido por uma pessoa em sua função de sexo ou em função do gênero. Não podemos deixar de ressaltar que em termos de horários de trabalho, significa por vezes, a possibilidade de convivência em alguns momentos com seus entes queridos, e em outros momentos pressupõe rearranjos e negociações para que possam compartilhar do tempo de lazer e festa de amigos e familiares. Promover a autonomia das mulheres é vital para o desenvolvimento econômico efetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Branca Moreira.** Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil. **Petrópolis: Vozes, 1980.**
- BESSE, Susan K.** 1996. Reestructuring Patriarchy. The Modernization of Gender Inequality in Brazil, 1914.1940. USA: **The University of North Carolina Press.**
- BOURDIEU, Pierre.** A dominação masculina. Educação e Realidade, **Porto Alegre**, p. 133-184, jul./dez. 1995.
- CHARTIER, Roger.** 1995. "Diferença entre os sexos e dominação simbólica. (nota Crítica)". **Cadernos Pagu (4) Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP.**
- CERTEAU, Michel de.** A invenção do Cotidiano. **Petrópolis. Vozes, 1992** pg. 44.
- FERRERO e Lombroso G..1896.** La FeAlves, 1980, p.89:105mme Criminelle ET La porstituée (traduction de l'Italien).
- GINZBURG, Carlo.** O queijo e os Vermes. **São Paulo: Companhia das Letras, 1994.**
- KERGOAT D.** Da divisão do trabalho entre os sexos. **Tempo Social, Rev. Social; 1ª edição.1989, p. 88-96.**
- SOTHET, Rachel.** Bertha Lutz e a Ascensão Social da Mulher. **Niterói Mestrado em História. Departamento de História. ICHF,UFF.**
- TEIXEIRA, I.A.C.** Cadências escolares, ritmos docentes. Educação e Pesquisa, São Paulo, V.25, n.2, p.87-108, jul/dez. 1999.
- THOMPSON, E.P.** Senhores & Caçadores . **São Paulo: Paz e Terra, 1987.**
- _____. **Costumes em Comum, São Paulo: Companhia das letras, 1998.**